

**Anexo X –TERMO DE REFERÊNCIA  
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021  
OBRAS DE ENGENHARIA****Processo Administrativo nº 161722/2026****1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

1.1 – Contratação de empresa prestadora de serviços de construção civil para execução de obra de reforma e revitalização de campo de futebol, na Vila São José, Olímpia.

1.1.1 – Considera-se este objeto como obra comum de engenharia, conforme o art. 6º, Inciso XII, nos termos da Nota Técnica IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas) IBR nº 01/2021, nos termos do art. 55º, Inciso II, alínea “a” da Lei 14.133/2021.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | CÓDIGO DO ITEM | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
|------|--|----------------|-------------------|------------|
| 01   | EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL, NA VILA SÃO JOSÉ, OLÍMPIA/SP<br><br>DESCRIÇÃO DO ITEM:<br>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL, NA VILA SÃO JOSÉ, OLÍMPIA/SP. | 3.01.01.0114-9 | SERVIÇO - SV      | 1 (UM)     |

**Tabela 01. Descrição básica da Obra**

1.2 – O objeto desta contratação compõe uma série de serviços, classificados coletivamente como obra, nos moldes do inciso XII, do artigo 6º, da NLLC, enquadrando-

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

se como uma obra comum de engenharia, uma vez que o objeto se trata de execução de obra de reforma e revitalização de campo de futebol.

1.3 – O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, já considerados os prazos de recebimento provisório e definitivo do objeto, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 – O prazo de vigência da contratação incluirá:

1.4.1 – Execução Total da obra.

1.4.2 – Emissão e prazo para pagamento dos serviços executados.

1.5 – O prazo de execução da obra será de 3 (três) meses, e passará a ser contabilizado a partir da emissão da ordem de serviço.

1.5.1 – O cumprimento do prazo acima aludido não poderá ser satisfeito mediante a redução da qualidade dos serviços executados ou em prejuízo à segurança de seus funcionários ou de terceiros.

1.6 – As obras relativas ao objeto deverão ser executadas em sua integridade e em total conformidade com os projetos básicos, memorial descritivo e demais documentos técnicos disponíveis nos anexos do presente Termo de Referência.

## **2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 - Este objeto tem como escopo a Contratação de empresa prestadora de serviços de construção civil para execução de obra de reforma e revitalização de campo de futebol, na Vila São José, Olímpia.

Esta contratação tem fundamento na indicação e solicitação de representante do poder legislativo para utilização dos recursos oriundos da Emenda Parlamentar Estadual n.º 88830/2025 para construção do objeto especificado neste Termo de Referência, sendo a execução de obra de reforma e revitalização do campo de futebol localizado na Vila São José, no Município da Estância Turística de Olímpia, e justifica-se pela necessidade de adequação, recuperação e melhoria das condições estruturais, funcionais e de segurança do referido equipamento público, de modo a garantir sua plena utilização pela comunidade local, em consonância com o interesse público, os princípios da Administração Pública e as diretrizes de desenvolvimento urbano, social e esportivo do Município.

O campo de futebol da Vila São José constitui-se em importante espaço público de convivência, lazer, prática esportiva e integração social, sendo tradicionalmente utilizado por crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos da região, bem como por projetos sociais, atividades recreativas, campeonatos amadores e eventos comunitários. Trata-se, portanto, de equipamento urbano essencial à promoção da qualidade de vida, da inclusão social, da saúde e do bem-estar da população.

Entretanto, em razão do uso contínuo ao longo dos anos, da exposição às intempéries climáticas, da ausência de intervenções estruturais periódicas e do desgaste natural dos materiais, o referido campo encontra-se atualmente em condições inadequadas de conservação e funcionamento, apresentando problemas que comprometem sua utilização segura e eficiente. Dentre as principais deficiências observadas, destacam-se, a título exemplificativo:

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

- Degradação do gramado e/ou do piso do campo, com desníveis, falhas de drenagem e áreas desgastadas, que aumentam o risco de acidentes e lesões aos usuários;
- Comprometimento das áreas de entorno, como alambrados, muretas, acessos e áreas de circulação, afetando a segurança e a acessibilidade;
- Ausência ou precariedade de sistemas adequados de drenagem, iluminação e infraestrutura de apoio, quando existentes;
- Desgaste de equipamentos esportivos e elementos complementares, como traves, bancos de reserva e demais estruturas associadas ao uso do campo;
- Falta de adequação às normas técnicas vigentes, às condições mínimas de segurança e aos princípios de acessibilidade universal.

Tais condições limitam significativamente o uso do espaço pela comunidade, reduzem sua vida útil e geram potenciais riscos à integridade física dos usuários, além de descaracterizarem a finalidade social do equipamento público. Assim, a não realização de intervenções corretivas e preventivas tende a agravar o estado de conservação do campo, implicando custos ainda maiores ao erário no futuro e privando a população de um espaço essencial de lazer e esporte.

Diante desse cenário, a reforma e revitalização do campo de futebol da Vila São José mostram-se necessárias e oportunas, visando à recuperação das condições adequadas de uso, à modernização da infraestrutura existente e à valorização do espaço público. A intervenção proposta busca não apenas sanar problemas pontuais, mas promover uma requalificação integral do equipamento, considerando aspectos técnicos, funcionais, urbanísticos, ambientais e sociais.

A execução da obra permitirá:

- Proporcionar melhores condições para a prática esportiva segura e adequada, incentivando hábitos saudáveis e a convivência comunitária;
- Atender à demanda da população local por espaços públicos qualificados de lazer e esporte;
- Contribuir para a inclusão social, especialmente de crianças e jovens, por meio do esporte e de atividades recreativas;
- Valorizar o espaço urbano da Vila São José, promovendo a melhoria do ambiente público e do entorno;
- Preservar e ampliar a vida útil do patrimônio público municipal, mediante intervenções técnicas planejadas e duráveis.

Ressalta-se que a presente demanda está alinhada às políticas públicas municipais voltadas ao esporte, ao lazer, à promoção da saúde e ao desenvolvimento social, bem como aos objetivos de planejamento urbano e de melhoria da infraestrutura pública. A revitalização do campo de futebol atende, ainda, ao princípio da eficiência administrativa, ao buscar a recuperação de um equipamento existente, com melhor custo-benefício em comparação à implantação de uma nova estrutura.

Portanto, a contratação de empresa especializada para a execução da obra de reforma e revitalização do campo de futebol da Vila São José revela-se indispensável para o atendimento do interesse público, para a adequada prestação de serviços à população e para a promoção do desenvolvimento social e urbano do Município da Estância Turística de Olímpia, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

2.2 – O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme publicação: <https://pncp.gov.br/app/pca/46596151000155/2026>.

### **3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

3.1 – A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 – Durante a execução dos serviços de conclusão da obra, caso sejam necessárias adequações na área da matrícula e/ou no entorno da construção que não estejam previstas nos projetos anexos ou na planilha orçamentária base que fundamenta a presente contratação, tais serviços serão de competência do Município e poderão ser solicitados à proponente nos termos do artigos 124 ao 136, da Lei nº 14.133/21, resguardada a comprovação de disponibilidade, urgência e vantajosidade, pelo Fiscal Técnico do Contrato.

#### **3.3 – Enquadramento do objeto:**

3.3.1 – Classifica-se este objeto como Obra Comum de Engenharia, disposto no art. 6º, Inciso XII, subsidiário aos critérios explanados na Nota Técnica IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas) IBR nº 01/2021; diante da baixa complexidade técnica do objeto, de execução frequente pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, haja vista a metodologia construtiva usual no mercado, com a ampla concorrência em virtude da elevada disponibilidade de empresas aptas a se habilitarem para o presente certame.

#### **3.4 – Regime de execução:**

3.4.1 – O regime de execução deste objeto será de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, disposto no inciso I, do artigo 46, NLLC.

#### **3.5 – Modalidade licitatória:**

3.5.1 – A Modalidade de licitação será a CONCORRÊNCIA, disposta no inciso II, do art. 28º, conforme o § único do art. 29º, da norma.

#### **3.6 – Critério de Julgamento:**

3.6.1 – O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO, disposto no inciso I, do artigo 33, da norma.

#### **3.7 – Modo de disputa:**

3.7.1 – Será adotado o modo de disputa ABERTO.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

3.8 – Não será adotado sigilo do orçamento de referência que subsidia esta contratação.

3.9 – Nos casos de antecipação do prazo de entrega da obra, a remuneração correrá proporcionalmente ao total efetivamente executado, vedada a redução da qualidade; guardado o disposto no artigo 140. Não será admitida a prorrogação do prazo de execução da obra, sem motivo pertinente e adequado a ser apreciado pelo Gestor e/ou Fiscal Técnico do Contrato, guardado o devido processo legal.

3.10 – A definição do critério de aceitabilidade da proposta é abordada no item 11.3 deste Termo de Referência, devendo ser adotado o método de limitação dos preços unitários (MLPU), vedada a adoção de preços unitários superiores aos orçados pela administração.

3.11 – A Contratada não será isenta da garantia quinquenal prevista no §6º, do artigo 140, da Lei nº 14.133/21.

3.11.1 – A Contratada deverá executar os reparos decorrentes dos vícios e defeitos apurados pelos técnicos da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, dentro do prazo legal previsto na norma; devendo manter contato atualizado junto à Divisão de Projetos e Obras através do endereço eletrônico: [obras@olimpia.sp.gov.br](mailto:obras@olimpia.sp.gov.br). Os chamados serão realizados por servidores da pasta, via contato eletrônico, ou diretamente com o preposto e/ou responsável técnico. O prazo para o efetivo atendimento não deverá ultrapassar 30 (trinta) dias corridos.

3.12 – A Contratada deverá apresentar garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, com fulcro no artigo 98, dentre as modalidades previstas no artigo 96, da NLLC.

#### **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

##### **Sustentabilidade:**

4.1 – Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, projeto básico, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2 – A Resolução CONAMA 307/2002 em seu artigo 2º, inciso I, define resíduos de construção civil como: “são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha”.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

4.3 – Sendo os resíduos passíveis de serem gerados são classificados como pertencentes as classes A, B, C e D, segundo o artigo 3º da Resolução CONAMA acima referida.

a) Classe A – resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

- De construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem.
- De construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, etc.), argamassa e concreto;
- De processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas de concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.), argamassas e concreto.

b) Classe B: são resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso. (Redação dada pela Resolução nº 469/2015);

c) Classe C: são resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a reciclagem ou recuperação. (Redação dada pela Resolução nº 431/2011);

d) Classe D: são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e outros materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (Redação dada pela Resolução nº 348/04);

4.4 – A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

4.5 – Atender, no que couber aos requisitos da lei Municipal nº 4.041/2015 – Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Estância Turística de Olímpia, subsidiariamente ao disposto em tópicos específicos do plano diretor (Lei Complementar nº 254/2021) e Código de Obras Municipal (Lei Complementar nº 256/2021).

4.6 – A Contratada deverá ter como objetivo a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição ambientalmente adequada dos rejeitos.

4.7 – Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

em áreas não licenciadas. Devendo ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos:

- **Classe A:** deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de reservação de material para idos futuros;
- **Classe B:** deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- **Classe C:** deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- **Classe D:** deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.7.1 – No caso da geração de resíduos decorrentes de “bota-fora”, em virtude de serviços de adequação externa, estes serão transportados e depositados em área pública municipal com autorização da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura (SMOEI), visando a economicidade da contratação cuja a correta destinação ficará por conta da CONTRATANTE.

4.7.1.1 – Os resíduos de construção civil deverão ser destinados em aterros devidamente licenciados, dispostos em caçambas metálicas e será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA. Os resíduos decorrentes do item supracitado, principalmente aqueles oriundos dos serviços de terraplenagem, abertura de valas e de perfuração das estacas deverão ser utilizados na própria obra ou dispostos em área de domínio público, a ser definida com a Administração.

4.8 – As embalagens de tintas utilizadas deverão ser submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da lei 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de tintas presentes nas embalagens, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002.

4.8.1 – As embalagens vazias de tintas imobiliárias são consideradas resíduos de classe B.

4.8.1.1 – O parágrafo 1º, do artigo 3º, da Resolução CONAMA nº 307/2002 conceitua embalagens vazias de tintas imobiliárias, como aquelas cujo o recipiente apresenta apenas um filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulos de resíduos de tinta líquida.

4.8.2 – Atendendo ao requisito acima, o recipiente deverá ser direcionado para canais tradicionais de reciclagem já disponíveis ao público em geral.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

4.9 – Atendendo ainda aos requisitos constantes no Plano Municipal de Resíduos Sólidos do Município de Olímpia, através da Lei nº 4.041/2015 e subsidiariamente as Normas ABNT NBR nº 15112, 15113 e 15114.

**Demais requisitos da contratação:**

4.11 – Deverão ser fornecidos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, para os visitantes (autoridades públicas, assessores etc.), capacete, óculos de proteção e protetor auricular, durante a realização de eventuais visitas institucionais.

4.12 – A instalação da placa de obra correrá às expensas da Contratada e deverá ser executada nos moldes instruídos pelo setor competente da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, nas dimensões de 6,00 metros de comprimento x 3,00 metros de altura, em banner de lona e madeira, na qual deverá constar o nome dos responsáveis técnicos pela execução da obra, com a identificação da respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART) e demais informações pertinentes. A placa deverá ser fixada em local visível, indicado pelo Fiscal Técnico do Contrato.

4.13 – Tendo em vista a execução da obra, será obrigatória a realização de reunião preliminar de integração entre o corpo técnico da CONTRATADA, na pessoa de seu preposto e demais colaboradores, e o profissionais técnicos da Divisão de Projetos e Obras, da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, visando à promoção e o alinhamento dos ajustes necessários para o início da obra, no intuito de mitigar quaisquer impactos negativos na execução do objeto.

4.14 – No caso da necessidade de utilização de energia elétrica para o desenvolvimento da obra, os custos tanto para prover a infraestrutura necessária para a ligação elétrica como o pagamento da energia consumida correrão às custas da CONTRATADA.

4.14.1 – Caso não seja possível utilizar energia da distribuidora local, a CONTRATADA deverá instalar um gerador por conta própria, sem que seu uso implique em ônus à CONTRATANTE.

4.15 – Os operários (colaboradores) empregados na execução dos serviços objeto desta contratação deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados por intermédio de crachá, utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI) obrigatório. Não será permitida a permanência na obra de operários (funcionários) da CONTRATADA que não estiverem utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI).

4.16 – Deverão ainda ser atendidas as disposições previstas no Plano Diretor do Município da Estância Turística de Olímpia (Lei Complementar nº 254/2021) e do Código de Obras Municipal (Lei Complementar nº 256/2021) quanto à mobilização, retirada e armazenamento de materiais de construção civil.

**Vistoria prévia:**



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

4.17 – A avaliação prévia do local de execução dos serviços não é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto.

4.17.1 – A vistoria prévia poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável da CONTRATADA, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, com base no §3º, do artigo 63, da Lei nº 14.133/2021.

4.17.2 – A realização da vistoria prévia do local será de acordo com estabelecido no §4º do art. 63º, cujo preposto, devidamente identificado, será acompanhado pelo Fiscal Técnico do Contrato e/ou por profissional designado pela Divisão de Projetos e Obras da Secretaria Municipal da Obras, Engenharia e Infraestrutura; a solicitação deverá ser feita através do e-mail: [obras@olimpia.sp.gov.br](mailto:obras@olimpia.sp.gov.br), ou do telefone (17) 3279-4860, durante o horário comercial, das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 16:00 horas, de segunda a quinta-feira e às sextas-feiras das 8:00 horas às 12:00 horas, exceto aos feriados e pontos facultativos. Após a realização da vistoria, será emitido o Termo de Vistoria Prévia, pelo departamento competente, que deverá ser juntado pela licitante na documentação para habilitação e participação no certame através da plataforma E-LICITA OLÍMPIA, disponível no site [www.olimpia.sp.gov.br](http://www.olimpia.sp.gov.br).

4.17.3 – Os agendamentos para a vistoria prévia deverão ser feitos com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através dos contatos mencionados no item anterior.

**Subcontratação:**

4.18 – Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação:**

4.19 – Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.20 – O percentual da garantia da contratação será referente à 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

4.21 – Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.22 – A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.23 – O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

**Análise de Riscos da Contratação:**

4.24 - A presente análise de riscos tem por objetivo identificar, avaliar e tratar os eventos que possam impactar negativamente a execução da obra de reforma e revitalização do

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

campo de futebol da Vila São José, no Município de Olímpia/SP, em conformidade com o art. 22 da Lei nº 14.133/2021, assegurando maior previsibilidade, eficiência e segurança à contratação.

**4.24.1 Identificação dos Riscos**

Os riscos potenciais foram identificados e classificados conforme sua natureza, abrangendo as principais categorias relacionadas à contratação:

**a) Riscos Técnicos**

- Falhas ou inconsistências no projeto básico/executivo;
- Subdimensionamento de quantitativos ou especificações inadequadas;
- Interferências não previstas no local da obra.

**b) Riscos Operacionais**

- Atrasos na execução dos serviços;
- Baixa produtividade da equipe da contratada;
- Problemas logísticos no fornecimento de materiais.

**c) Riscos Financeiros**

- Variação de preços de insumos;
- Desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- Insuficiência de recursos orçamentários.

**d) Riscos Jurídicos e Administrativos**

- Impugnações ou questionamentos ao edital;
- Recursos administrativos que atrasem o certame;
- Descumprimento de cláusulas contratuais.

**e) Riscos de Gestão e Fiscalização**

- Falhas no acompanhamento e fiscalização da obra;
- Medições inadequadas ou pagamentos indevidos;
- Comunicação ineficiente entre contratante e contratada.

**f) Riscos Ambientais**

- Geração inadequada de resíduos da construção civil;
- Emissão de poeira e ruídos acima dos limites aceitáveis;
- Problemas de drenagem temporária durante a execução.

**g) Riscos Externos**

- Condições climáticas adversas (chuvas intensas);
- Fatores imprevisíveis ou de força maior.

**4.24.2 Análise e Avaliação dos Riscos**

Os riscos identificados foram avaliados quanto à probabilidade de ocorrência e ao impacto potencial sobre a contratação:

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

- Probabilidade: classificada como baixa, média ou alta, conforme a chance de ocorrência do evento;
- Impacto: classificado como baixo, médio ou alto, considerando efeitos sobre prazo, custo e qualidade da obra.

De forma geral:

- Riscos técnicos e operacionais apresentam probabilidade média e impacto médio a alto, exigindo maior controle;
- Riscos financeiros possuem probabilidade média e impacto médio, podendo ser mitigados por mecanismos contratuais;
- Riscos jurídicos e administrativos apresentam probabilidade baixa a média, com impacto potencialmente relevante no cronograma;
- Riscos ambientais e externos possuem probabilidade baixa a média, com impactos geralmente pontuais e temporários.

A análise indica que os riscos são gerenciáveis e compatíveis com a natureza da contratação, desde que adotadas medidas adequadas de controle.

**4.24.3 Medidas de Mitigação**

Para reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou o impacto dos riscos identificados, serão adotadas as seguintes medidas preventivas e corretivas:

- Aprimoramento técnico dos projetos e orçamentos, com revisão prévia e utilização de referências oficiais de custos;
- Planejamento detalhado da execução, com cronograma físico-financeiro consistente;
- Exigência de qualificação técnica da contratada, mediante comprovação de experiência em obras similares;
- Fiscalização efetiva e contínua, com designação formal de fiscal e gestor do contrato;
- Estabelecimento de critérios rigorosos de medição e pagamento, vinculados à execução efetiva dos serviços;
- Previsão de penalidades contratuais, em caso de descumprimento de prazos ou especificações;
- Previsão de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro, conforme legislação vigente;
- Adoção de boas práticas ambientais, incluindo gestão adequada de resíduos e controle de poeira e ruídos;
- Planejamento da execução considerando condições climáticas, minimizando impactos no cronograma;
- Melhoria da comunicação entre as partes, com registros formais e acompanhamento sistemático.

**4.24.4 Planos de Contingência**

Caso os riscos venham a se materializar, deverão ser adotadas ações corretivas específicas, conforme descrito a seguir:

- Falhas de projeto ou orçamento: revisão técnica e eventual formalização de termo aditivo — responsabilidade da Administração;
- Atrasos na execução: reprogramação do cronograma, aplicação de penalidades e reforço da equipe — responsabilidade da contratada, com fiscalização da Administração;



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

- Desequilíbrio econômico-financeiro: análise e eventual reequilíbrio contratual — responsabilidade da Administração, mediante comprovação pela contratada;
- Inexecução ou baixa qualidade dos serviços: notificação, correção obrigatória e aplicação de sanções — responsabilidade da contratada;
- Problemas ambientais: adoção imediata de medidas corretivas e adequação às normas — responsabilidade da contratada, sob fiscalização;
- Interferências climáticas: readequação justificada do cronograma — responsabilidade compartilhada;
- Falhas na fiscalização: substituição ou reforço da equipe de fiscalização — responsabilidade da Administração.

A execução dos planos de contingência deverá ser acompanhada pelo gestor e fiscal do contrato, garantindo resposta rápida e eficaz às ocorrências.

**4.24.5 Conclusão**

A análise de riscos demonstra que a contratação é viável e segura, sendo os riscos identificados compatíveis com a natureza da obra e passíveis de controle por meio das medidas propostas. A adequada gestão dos riscos contribuirá para o cumprimento dos prazos, a qualidade da execução e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

**5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:****Condições de execução:**

5.1 – A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 – Será obrigatória a apresentação, pelo responsável técnico da obra, de ART/RRT (ANOTAÇÃO/REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) de execução da obra, sendo indispensável para a formalização e assinatura contrato.

5.1.2 – Na ART/RRT de execução da obra deverá constar a descrição geral do objeto no item observações, conforme descrito abaixo:

- Execução completa de obra comum de engenharia de reforma e revitalização de campo de futebol, na Vila São José, Olímpia/SP.

5.1.3 – Deverão constar como atividades técnicas na ART/RRT (Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica) a Execução de Obras e/ou Serviços de Construção Civil de Elementos Urbanísticos. A unidade deverá ser m<sup>2</sup> (metro quadrado) e a quantidade 1.042,52 (mil e quarenta e dois metros quadrados e cinquenta e dois decímetros quadrados).

5.1.3.1 – A Contratada deverá enviar as devidas anotações e/ou registros de responsabilidade técnica ART/RRT referente a execução da obra em formato definitivo para a Divisão de Projetos e Obras Públicas, da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, devidamente assinada em formato digital, junto ao e-mail [obras@olimpia.sp.gov.br](mailto:obras@olimpia.sp.gov.br).

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

5.1.4 – O início da execução do objeto deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de serviço, que ocorrerá após a emissão do alvará de licença da obra.

5.1.4.1 – Em até 30 (trinta) dias, após a emissão do alvará (licença para construção), a CONTRATADA deverá obrigatoriamente inscrever a obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) conforme artigos 3º, 4º, 5º e 18º da Instrução Normativa da Receita Federal (RFB) nº 2061/2021.

5.1.5 – Após o recebimento da ordem de serviço e antes do início da execução, os representantes da contratada deverão reunir-se com os responsáveis pelo Setor de Fiscalização de Obras Públicas, da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, com a finalidade de integração do corpo técnico dos órgãos ao da CONTRATADA, servindo para dirimir eventuais dúvidas e realizar esclarecimentos necessários, bem como discutir sobre o início dos serviços e demais assuntos que se fizerem pertinentes.

5.1.5.1 – Em ambas as reuniões estará presente o Fiscal Técnico do Contrato e Fiscal Setorial designado pela administração.

5.1.6 – O responsável técnico da CONTRATADA ou seu preposto deverá responsabilizar-se pela elaboração do diário de obras, nos moldes estabelecidos pela resolução nº 1.096/2023 do CONFEA, de acordo com as recomendações do item 19.3 do Manual de Obras e Serviços de Engenharia do TCESP. O documento deverá ser apresentado à fiscalização técnica do contrato durante as vistorias, para anotação em registro próprio, nos termos do § 1º, do artigo 117, da Lei nº 14.133/2021. Poderá ser aberto diário de obras digital, via sistema específico da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, que será alimentado pelo Fiscal Técnico do Contrato e/ou pelo Fiscal Setorial designado pela administração.

5.1.7 – O responsável técnico da CONTRATADA deverá acompanhar e vistoriar a execução da obra, no mínimo três vezes por semana, preferencialmente todos os dias em que houver expediente de serviços.

5.2 - Os resíduos de construção civil deverão ser destinados à reciclagem e os rejeitos encaminhados ao aterro sanitário, sendo os custos de destinação à cargo da CONTRATADA.

5.3 – Deverão ser cumpridos nos locais da execução, as normas de segurança de trabalho vigentes, e no que couber, em especial, as Normas Regulamentadoras:

- NR-4 (Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho);
- NR-5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA);
- NR-6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);
- NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO);



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

- NR-9 (Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos);
- NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade);
- NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos);
- NR-17 (Ergonomia);
- NR-18 (Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção);
- NR-21 (Trabalho a Céu Aberto); e
- NR-26 (Sinalização de Segurança).

5.4 – A obra deverá ser executada utilizando mão de obra qualificada cumprindo as metodologias de execução prescritas pelas normas da ABNT aplicáveis, conforme os cadernos técnicos e critérios do Boletim Referencial de Custos CDHU n.º 200, data-base: 11/2025 e SINAPI, data-base 12/2025.

5.4.1 – Visando a promoção de controle de qualidade da construção civil, a correta e adequada aplicação dos recursos públicos, aqueles serviços executados cuja qualidade esteja inferior aos padrões legais estabelecidos nos projetos de engenharia serão rejeitados e pagos apenas após a sua correção pelo Fiscal Técnico do Contrato, mediante aferição in loco pelo Fiscal Setorial.

5.5 – As etapas da obra, bem como as previsões de pagamentos, prazos e afins estão previstas nos anexos do presente Termo de Referência, especificamente no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA.

**Materiais a serem disponibilizados:**

5.6 – Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá fornecer e utilizar materiais e equipamentos normatizados, homologados pelas normas da ABNT, ou outras aplicáveis quando da ausência desta no que tange aos requisitos de qualidade e durabilidade, de acordo com padrões especificados no memorial descritivo, caderno de especificações técnicas, projetos de arquitetura e engenharia que instruem a contratação, cadernos técnicos e demais documentos da SINAPI, data-base 12/2025, e nos critérios de medição e remuneração da tabela CDHU n.º 200, data-base: 11/2025, e demais adotadas.

5.7 – A aplicação de materiais de qualidade e durabilidade na execução dos serviços, é requisito fundamental de sustentabilidade.

5.8 – Deverão ser utilizados os materiais especificados no memorial descritivo, cadernos de especificação técnica, projetos de arquitetura e engenharia, na planilha orçamentária base e detalhados nos critérios de medição e remuneração da CDHU n.º 200, data-base: 11/2025, e nos critérios da SINAPI, data-base 12/2025.

**Local e horário da prestação dos serviços:**



5.9 – O local de execução da obra é o campo localizado na rua Virgílio Fioroto, s/n.º, no bairro São José, dentro do perímetro urbano do Município da Estância Turística de Olímpia, conforme apresentado na imagem abaixo:



Imagem 01 – Localização da área de implantação da Obra – Fonte: Própria.

5.10 – Os serviços poderão ser executados aos finais de semana, inclusive em horário noturno, à critério da CONTRATADA; para tanto deverão ser observados os limites de ruído fixados pela Norma ABNT NBR 10.151/2019 em atendimento ao artigo 1.277, da Lei 10.406/2002 (Código Civil).

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:**

5.11 – A execução do objeto deverá contemplar o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para sua execução bem como aqueles relativos a segurança e isolamento do canteiro de obras.

5.12 – A empresa deverá prever em seus custos as despesas diretas e indiretas, referentes a execução integral do objeto, por meio da apropriação dos Benefícios de Despesas Indiretas (BDI), bem como demais custos contidos nas especificações do serviço, no edital e no instrumento contratual.

5.13 – A proposta orçamentária deverá ser formalizada de acordo com o modelo de FORMULÁRIO PROPOSTA, disponível no ANEXO do presente Termo de Referência. A

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

licitante melhor classificada deverá disponibilizar obrigatoriamente ao Agente de Contratação, a proposta orçamentária em formato editável (.xls ou .xlsx) durante a fase de análise das propostas e definitivamente em formato .pdf após a fase de habilitação.

5.14 – Deverá ser adotado pela contratada o critério de arredondamento de 2 (duas) casas decimais para cima, através da função ARRED (número, num\_digitos), conforme disposto nos artigos 59 e 63, da NLLC.

**Especificação da garantia do objeto:**

5.15 – O prazo mínimo de garantia será de 5 (cinco) anos conforme §6º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente ao Código Civil.

5.15.1 – Subsidiariamente ao item anterior será utilizada a Norma ABNT NBR 17170/2022 (ou versão mais atualizada), quanto as garantias prestadas nas obras de construção civil, constituindo uma obrigação da CONTRATADA o fornecimento de manual de uso, operação e manutenção da construção após a entrega provisória do objeto. Serão adotados os prazos tecnicamente recomendados nas tabelas da NBR supramencionada para garantia dos equipamentos, serviços e componentes fornecidos e executados pela contratada para a presente contratação.

5.15.2 – A omissão na entrega do manual de uso, operação e manutenção da obra não eximirá a contratada da prestação da garantia dos serviços prestados, muito menos da responsabilização pelos prejuízos ocasionados ao erário público em virtude das patologias e serviços mal executados, que diminuem a vida útil do objeto.

5.16 – A Contratada responderá objetivamente pela qualidade dos serviços e equipamentos fornecidos, pelo funcionamento adequado dos sistemas e da obra como um todo, nos termos da lei nº 14.133/2021 e da lei nº 8.078/1990 (Código de defesa do Consumidor).

5.17 – A CONTRATADA deverá realizar todos os reparos e serviços necessários decorrentes de falhas de execução, vícios endógenos e demais que se fizerem necessários de acordo com os critérios de entrega provisória e definitiva da obra; o fiscal do contrato solicitará à CONTRATADA a execução dos reparos de acordo com o estabelecido no item 6.3.

5.18 – A CONTRATADA deverá ajustar o planejamento da execução da obra com o fiscal do contrato, em formato presencial ou através de canais eletrônicos, cujo prazo para execução e atendimento das solicitações não deveram exceder 5 dias contados a partir do envio; sem prejuízo de incorrer em prazos menores quando ocorrerem situações de urgências/emergências no caso de eventuais problemas no funcionamento da obra e sistemas fornecidos.

5.19 – Em hipótese alguma a CONTRATADA deverá se negar a realizar os reparos que se fizerem necessários, sob risco da aplicação das penalidades previstas no contrato.



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura****6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, sendo cada parte responderá pelos atos praticados que acarretarem em sua inexecução total ou parcial.

6.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente.

6.3 – As comunicações entre e a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato assim o exigir, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 – A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**Preposto:**

6.5 – A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6 – A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o todo o período de execução da obra, podendo este ser o encarregado da obra, profissional designado ou mesmo o responsável técnico da empresa.

6.7 – A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização do Contrato:**

6.8 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.9 – A fiscalização técnica da obra ficará a cargo dos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura:

- André Francis Delvino, lotado no cargo de Engenheiro Civil;
- Luís Carlos Benites Biagi, lotado no cargo de Engenheiro Civil;
- Tiliano Martin de Siqueira, lotado no cargo de Arquiteto.

6.9.1 – Cada um dos profissionais acima designados ficará responsável pelo acompanhamento técnico da obra, cada um em fases diferentes, conforme o



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

desenvolvimento do objeto, previsto no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, definido entre os mesmos, podendo ser um ou mais para cada etapa, com o objetivo de proporcionar maior controle de qualidade na execução da obra.

6.9.2 – O servidor Fabiano Martins dos Santos, lotado no cargo de Escrivão I, na Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, com contato através do e-mail: [fmsantos@olimpia.sp.gov.br](mailto:fmsantos@olimpia.sp.gov.br) e do telefone: (17) 3280-4057, exercerá o cargo de Fiscal Administrativo do Contrato, objeto deste Termo de Referência, competindo-lhe auxiliar o Gestor quanto a fiscalização dos aspectos administrativos do contrato, competindo-lhe conferir e encaminhar junto aos setores competentes as documentações relativas ao pagamento das medições, prorrogação e/ou alteração contratual, adimplência trabalhista, entre outras relativas aos aspectos administrativos da contratação, nos termos do Acórdão nº 10.389/2022 – TCU – 1º Câmara; subsidiariamente ao artigo 28, da LINDB.

6.9.3 – Será designado um fiscal setorial do contrato, que ficará a cargo de servidor e/ou terceiro contratado, com base no artigo 117, da NLLC, pela Divisão de Projetos e Obras da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura.

6.9.4 – Os profissionais técnicos designados no subitem 6.9, fiscalizarão a execução da obra conjuntamente com o fiscal setorial designado pela administração. As medições dos serviços executados deverão ser conferidas por cada profissional, conforme a etapa/fase, verificando a sua qualidade e escoreta execução conforme as normas técnicas da construção civil. Os mesmos subsidiarão os fiscais do contrato com as informações necessárias e relevantes para a prevenção de riscos durante execução contratual.

6.10 – O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, VI);

6.11 – O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, II);

6.12 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, III);

6.13 – O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, IV);

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

6.14 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, V);

6.15 – O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 21, VII);

6.16 – O Fiscal Setorial deverá manter o diário de obras durante toda a execução do objeto, atualizando diariamente todas as ocorrências, conjuntamente com os fiscais técnicos, de acordo com os padrões adotados pelos Tribunais de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) ou da União (TCU);

6.16.1 – A administração pública municipal disponibilizará profissional, terceiro, contratado pelo setor competente, nos moldes do artigo 117 para acompanhamento diário e fiscalização “in loco” da execução dos serviços contratados, que cumprirá todos os ritos legais arguidos no artigo mencionado, subsidiando os fiscais técnicos e os fiscais do contrato com as informações diárias da evolução da execução do serviço, responsabilizando-se pelas informações prestadas, mensurações, medições, registros, análises, pedidos e demais documentos por ele emitidos, nos termos do § 4º, inciso I, do artigo 117, tratando-se do fiscal setorial designado.

**Gestor do Contrato:**

6.17 – O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, IV).

6.18 – A Gestão do contrato em questão ficará a cargo do servidor Ivan Paschoaletto Kojima, lotado no cargo de Administrador Público I, da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, a ser contactado através do e-mail: [ivan.kojima@olimpia.sp.gov.br](mailto:ivan.kojima@olimpia.sp.gov.br) e/ou telefone: (17) 3280-4057.

6.19 – O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, II).

6.20 – O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, III);

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

6.21 – O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, VIII);

6.22 – O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, X);

6.23 – O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto Municipal nº 8.720, de 2023, art. 20, VI).

6.24 – Além do disposto acima, o gestor do contrato observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023;

6.25 – O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

7.1 – A CONTRATADA deverá solicitar formalmente à Administração, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), através do sítio [sei.cidades.sp.gov.br](http://sei.cidades.sp.gov.br), a medição dos serviços executados durante o mês, devendo encaminhar, previamente, à Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura, junto a Divisão de Projetos e Obras, a planilha de medição por ela elaborada, a qual deverá guardar relação com a planilha orçamentária licitada a fim de auxiliar a medição.

7.1.1 – A medição dos serviços deverá ser protocolada conforme o item anterior, no período entre o 1º e o 5º dia do mês. A apuração da medição solicitada será feita com base na produtividade dos serviços executados no interregno de até 30 dias do mês anterior ao período de protocolo.

7.1.2 – Não serão processadas as medições protocoladas após o período estipulado no subitem 7.1.1 dentro do mesmo mês, salvo em casos extraordinários, devidamente justificados pela Fiscalização Técnica e Setorial do Contrato; as medições solicitadas via SEI, após o período de recebimento supracitado, serão processadas no mês subsequente.



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

7.1.3 - As medições serão conferidas pelos Fiscais Técnicos do Contrato e/ou Fiscal Setorial, conforme as etapas de execução da obra e processadas nos termos deste tópico após conferência “in loco” da qualidade dos serviços executados.

7.2 – A CONTRATADA deverá entregar em cada medição, as fichas de controle de entrega de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para processamento da medição dos serviços executados.

7.3 – O Fiscal Técnico do Contrato e/ou Fiscal Setorial designado pela Divisão de Projetos e Obras, conjuntamente com os demais fiscais, aferirá as quantidades unitárias dos serviços efetivamente executados, de acordo com a evolução da obra, lavrando medições mensais, conforme o cronograma físico-financeiro anexo a este termo de referência, de acordo com o §5º do art. 92 da Lei nº 14.133/21.

7.3.1 – As medições serão apuradas e atestadas pelo Setor de Fiscalização de Obras Públicas, após o ateste serão processadas pelo Setor de Gerenciamento de Contratos até o último dia do mês da solicitação de medição pela contratada e posteriormente será enviada para a Divisão de Gestão Contratual da Secretaria Municipal de Gestão e Cidade Inteligente para conclusão dos trâmites de liquidação e pagamento.

7.3.2 – As medições deverão ser apresentadas e assinadas pelos fiscais técnicos, conforme cada etapa, fiscais do contrato, pelo terceiro contratado pela administração e pelo gestor, identificadas por numeração e acompanhadas de relatório e/ou diário de obra, que deverá conter o registro de ocorrências relevantes e das atividades desenvolvidas no período, apresentando também o relatório fotográfico com o objetivo de demonstrar visualmente os serviços e ações referentes a respectiva medição e ao período.

7.4 – Predominará, para todo caso, a medição realizada pelo responsável pela fiscalização setorial do contrato, e se constatadas irregularidades:

7.4.1 – Será indicada a retenção, glosa ou desconto no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.4.1.1 – Não produzir os resultados acordados;

7.4.1.2 – Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.4.1.3 – Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4.1.4 – No caso da possibilidade de ocorrência de jogo de planilha, nas situações em que se fizerem necessários acréscimos ou supressões, será utilizado o Método do

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

Desconto (Acórdão nº 1.755/2004 – TCU – plenário), conforme art. 128 da Lei nº 14.133/21.

7.5 – Caberá ao fiscal setorial, fiscais técnicos e ao gestor do contrato avaliar as condições quanto a qualidade e a eficiência da execução dos serviços, garantindo a execução conforme a programação estipulada no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

7.6 – Após a finalização e conferência dos relatórios e serviços, o gestor do contrato deverá solicitar a emissão da nota fiscal e encaminhá-la junto ao processo de medição para o que o setor competente da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças tome as providências cabíveis.

7.7 - Os relatórios de medição deverão ser apresentados nos formatos PDF e XLSX.

7.8 – Caberá ao gestor do contrato assinar o laudo e nota fiscal e encaminhar o processo para pagamento;

7.9 – Os laudos de medição deverão estar devidamente numerados de acordo com os respectivos boletins de medição, contendo informações relevantes ao contrato e a nota fiscal, podendo a critério do gestor, encaminhar documentos e relatórios complementares de acordo com a necessidade;

7.10 – Os pagamentos serão realizados seguindo a ordem cronológica de liquidação do setor competente da administração, conforme o Decreto Municipal nº 9.682 de 14 de janeiro de 2026.

7.10.1 - As medições serão feitas mensalmente de acordo com o cronograma físico-financeiro do objeto, com base no §5º, do artigo 92, da Lei nº 14.133/2021; devidamente provocadas pela Contratada, nos termos do item 7.1.

7.10.2 – As medições a serem apuradas no mês de dezembro de cada exercício serão processadas de acordo com memorando ou portaria específica emitida pela municipalidade, contendo os prazos e/ou datas para protocolo dos pedidos de medições, diante do quadro de fechamento do exercício orçamentário. A Contratada será comunicada das datas e prazos a serem cumpridos pela Fiscalização Setorial do Contrato.

**Do recebimento:**

7.11 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo(s) fiscal(is), mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 21, X e 22, VII do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

7.11.1 – O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.12 – Os fiscais do contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato, juntamente com os demais profissionais responsáveis pela fiscalização técnica da obra, mediante emissão de termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (inciso X, artigo 21 Decreto Municipal 8.720/2023).

7.13 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 22, VII, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.14 – Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.15 – Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.15.1 – A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, conforme o artigo 119, da Lei n.º 14.133/2021, nos termos abordados nos itens anteriores, inclusive quanto a garantia e prazos previstos na ABNT NBR 17.170/2022.

7.15.2 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.15.3 – O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15.4 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nos projetos básicos, executivos, memorial descritivo, caderno de especificações técnicas, neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16 – Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

7.17 – Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, caso não sejam identificados vícios e/ou reparos a serem executados pela contratada, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, após apresentação de toda a documentação exigida, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, VIII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.17.2 – Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 – Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.17.4 – Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 – Enviar a documentação pertinente à Divisão de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143º da norma, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19 – O prazo de recebimento permanecerá suspenso enquanto as inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança não forem sanadas, pela contratada.

7.20 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço tampouco a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, conforme os artigos 119 e 140, da NLLC.

**Liquidação:**

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

7.22 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme os prazos estabelecidos no Decreto nº 9.862, de 14 de janeiro de 2026.

7.23 – Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1 – O prazo de validade;

7.23.2 – A data da emissão;

7.23.3 – Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4 – O período respectivo de execução do contrato;

7.23.5 – O valor a pagar; e

7.23.6 – Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23.7 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.24 – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei nº 14.133/2021.

7.25 – A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

7.26 – Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.27 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

7.28 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.29 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos oficiais.

**Prazo de pagamento:**

7.30 – O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior; resguardado o disposto no Inciso IV, §2º, do artigo 137, da NLLC. As datas de pagamentos serão aquelas estabelecidas no Decreto Municipal nº 9.862, de 14 de janeiro de 2026, ou o que vier substituí-lo no caso de conclusão dos serviços no exercício subsequente.

**Forma de pagamento:**

7.31 – O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.32 – Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35 – O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

8.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o Contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 – Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 – Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**8.3 – Multa:**

8.3.1 – Moratória, para a infração descrita no subitem “d”, de 0,08% (oito centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.3.2 – Moratória de 0,08% (oito centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.3.3 – O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137º da Lei n. 14.133/21.

8.3.4 – Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) do valor total da contratação.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

8.3.5 – Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

8.3.6 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) do valor total da contratação.

8.3.7 – Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

8.3.8 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

8.4 – A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.5 – Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.6 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.8 – A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10 – Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no **CRC** (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia).

8.11 – Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no **CRC** (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

8.12 – Na aplicação das sanções serão considerados:

8.12.1 – A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.12.2 – As peculiaridades do caso concreto;

8.12.3 – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.12.4 – Os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.12.5 – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.13 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

8.14 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160º da norma.

8.15 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.16 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163º da Lei nº 14.133/21.

8.17 – Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura****9 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO:****Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

9.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob o regime de execução de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, respeitados os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances de acordo com a alínea “a” do inciso II do art. 55º da NLLC.

**Regime de execução:**

9.2 – Será o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, devidamente justificado no subitem 3.4 deste Termo de Referência.

**Exigências de habilitação:**

9.3 – Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1 – Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XVI, artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Habilitação jurídica:**

9.4 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5 – Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7 – Sociedade empresarial estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

9.8 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10 – Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.11 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

9.12 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.13 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.19 – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira:**

9.20 – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.21 – Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.21.1 – Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.21.2 – As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.21.3 – Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.21.4 – Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

9.22 – Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.23 – As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.24 – O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

**Qualificação Técnica Operacional:**



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

9.25 – Para fins de julgamento prevalecerá a qualificação técnica operacional da Licitante sem que essa implique em prejuízos à qualificação profissional ou experiência do responsável técnico escolhido pela empresa.

9.26 – A CONTRATADA deverá apresentar documento constando indicação do pessoal técnico da empresa, das instalações e equipamentos disponíveis para realização do serviço, de acordo com o Inciso III, Art. 67, Lei 14.133/2021.

9.26.1 – A CONTRATADA deverá apresentar declaração constando o pessoal técnico que irá compor a equipe que se responsabilizará pela execução dos serviços, devendo apresentar a qualificação técnica de cada membro, constando o nome completo e documento de identificação, do responsável técnico e/ou preposto, e/ou encarregado e demais colaboradores.

9.27 – Serão aceitos para fins de qualificação técnica operacional apenas certidões de acervo e/ou atestados emitidos em nome da razão social da empresa, para comprovação das quantidades mínimas dos itens unitários constantes no item 9.29.2, admitida a somatória dos respectivos atestados/certidões.

9.28 – Registro ou inscrição da empresa e do seu(s) responsável(is) técnico(s) na entidade profissional competente: CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade.

9.29 – A apresentação, pela licitante, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e os regulamentos jurisprudenciais sobre o tema.

9.29.1 – Os quantitativos relacionados no subitem 9.29.2 foram selecionados de acordo com o §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo selecionados os itens referentes às parcelas de maior valor significativo dos itens, conforme disposto no texto normativo.

9.29.2 – A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Operacional – CAO, emitido pelo CREA, conforme a Resolução CONFEA nº 137, de 31/03/2023 ou CAT-O emitida pelo CAU, em nome de sua razão social, para fins de comprovação dos quantitativos dos itens unitários relacionados no quadro abaixo:

| Item | Descrição (Item/Serviço):   | Unidade        | Quantidade Mínima: |
|------|---|----------------|--------------------|
| 1    | TELA EM AÇO GALVANIZADO FIO 16 BWG, MALHA DE 1' – TIPO ALAMBRADO  | m <sup>2</sup> | 250,00             |
| 2    | TERRA VEGETAL ORGÂNICA COMUM                                      | m <sup>3</sup> | 40,00              |
| 3    | PISO COM REQUADRO EM CONCRETO SIMPLES COM CONTROLE DE FCK= 25 MPA | m <sup>3</sup> | 4,00               |
| 4    | PORTÃO TUBULAR EM TELA DE AÇO                                     | m <sup>2</sup> | 4,00               |

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
|  | GALVANIZADO ATÉ 2,50 M DE ALTURA, COMPLETO |  |  |
|--|--|--|--|

**Tabela 02. Tabela das parcelas de maiores valores significativos.**

9.29.3 – A contratada poderá comprovar os quantitativos dos itens da tabela acima mediante a apresentação de certidões ou atestados, cuja nomenclatura dos itens seja diferente da adotada na tabela CDHU, utilizada nesta contratação, sendo oriundas de outras tabelas de referência, como: SINAPI, FDE, ORSE, entre outras, desde que condizentes tecnicamente, havendo sinonímia entre os termos, tanto de maneira formal quanto prática, de forma a comprovar a capacidade operacional da empresa na execução dos serviços.

9.30 – Será admitida para fins de comprovação de qualificação técnica operacional, as quantidades mínimas dos itens unitários constantes de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA vinculada a profissional responsável técnico, desde que em nome da razão social da empresa licitante, acompanhado dos atestados devidamente vinculados nas certidões, visto que a resolução CONFEA nº 137/2023, instituiu a CAO após o mês de março do ano de 2023.

**Qualificação Técnica Profissional:**

9.31 – Engenheiro Civil ou Arquiteto com registro no respectivo conselho com experiência comprovada através de um ou mais atestados, devidamente registrados, no conselho da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT (engenheiro) ou CAT-A (arquiteto), expedidas por esse conselho, que comprove que o responsável técnico tenha executado obras ou serviços de características semelhantes de acordo com o Inciso I do art. 67 da Lei 14.133/2021.

9.32 – Para fins de qualificação técnica profissional serão admitidas a apresentação de atestados emitidos por entidades públicas ou privadas, conjuntamente com a apresentação de ART que comprovem a experiência do profissional na execução dos serviços a serem contratados, ou similares, conforme o inciso I, do artigo 67, da Lei 14.133/2021.

9.32.1 – O Profissional Responsável Técnico indicado pela CONTRATADA deverá comprovar experiência prévia na execução de obras de urbanização de espaços públicos, praças, canteiros centrais, espaços e/ou sistemas de lazer. Essa comprovação deverá demonstrar domínio técnico e capacidade de execução compatível com as exigências do objeto contratual, conforme abaixo:

☐ Deverá ser apresentada ART e Atestado emitidos por empresa pública ou privada, comprovando a execução de obras que incluam urbanização de espaços públicos, praças, canteiros centrais, sistemas de lazer, campos de futebol, espaços esportivos, de no mínimo, 450,00 m<sup>2</sup> de área construída.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

9.33 – O profissional cuja CAT, ATESTADO e ART foram utilizadas para fins de habilitação profissional nesta licitação deverá ser o responsável técnico da obra na execução do contrato.

9.34 – A ART de execução da obra deverá ser emitida pelo profissional responsável técnico apresentado pela licitante nos moldes deste termo de referência.

9.35 – Não será permitida para fins de qualificação operacional, a comprovação das quantidades mínimas dos itens constantes na tabela do item 9.29.2, através de apresentação de certidão de acervo técnico (CAT) unicamente em nome do profissional.

9.36 – Os responsáveis técnicos deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por meio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social e o prestador de serviços; com contrato firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional; caso a licitante se sagre vencedora do certame.

9.37 – No decorrer da execução do serviço, os profissionais indicados pela licitante poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, § 6º da Lei 14.133/2021, por outros profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.38 – Nos termos do § 12º do artigo 67 da Lei 14.133/2021, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma do regulamento, tenham dado caso à aplicação das sanções de impedimento de licitar ou contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional ou de sua responsabilidade.

9.39 – O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**Outras documentações:**

9.40 – Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração;

9.41 – Declaração que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da ordem de serviço serão efetuadas no endereço que constar



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

em seu preâmbulo, caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial;

9.42 – Declaração que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;

9.43 – Declaração de que concorda com as exigências editalícias e sujeitar-se-á a todos os termos do presente Termo de Referência e Edital;

9.44 – Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória;

9.45 – Declaração de disponibilidade da equipe técnica, dos equipamentos e do profissional responsável técnico, que se responsabilizará pelos trabalhos;

9.46 – Declaração preenchida em papel timbrado da licitante e assinada por seu representante legal, de que cumpre com as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários, especialmente as relativas a NR-4, NR-5, NR-6, NR-7, NR-9, NR-10, NR-12, NR-17, NR-18, NR-21 e NR-26.

9.47 – Declaração que apresentará garantia da contratação 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o art. 96 e 98 da NLLC, no percentual indicado e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua;

9.48 – Declaração de fornecimento e utilização de materiais de boa qualidade e durabilidade, normatizados e homologados pelas normas da ABNT.

9.49 – Declaração que, atende as regras e normas da ABNT, na legislação específica.

9.50 – Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

9.51 – A empresa contratada declarará, através de declaração única às informações acima, conforme anexo constante no Edital.

**10 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

10.1 – O custo estimado total da contratação conforme planilha orçamentária base é no valor total de R\$ 218.179,28 (duzentos e dezoito mil, cento e setenta e nove reais e vinte e oito centavos).

**11 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA:**

11.1 – Licitantes cujas propostas forem inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor global orçado pela administração deverão apresentar garantia adicional cujo o valor deverá corresponder a diferença entre a proposta e o valor de referência adotado pela administração, conforme §5º, art. 59º da Lei 14.133/2021.

11.2 – Propostas cujos os valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela administração serão consideradas presumivelmente inexequíveis, cabendo a licitante o ônus de provar sua exequibilidade de acordo com § 2º, artigo 59, nos moldes do §5º, do artigo 56, da Lei nº 14.133/2021; sem prejuízo da solicitação de informações complementares que se fizerem necessárias por parte do setor técnico responsável pela análise das propostas.

11.3 – As propostas serão analisadas de acordo com o método da limitação do preço unitário (MLPU), levando-se em conta o valor global e dos itens unitários, devendo ser inferiores aos preços de referência adotados na planilha orçamentária base que compõe o edital; devendo o desconto ofertado pela proponente incidir linearmente em todos os itens da planilha orçamentária base.

11.4 – Para fins da análise de aceitabilidade das propostas serão observadas além das disposições contidas neste termo de referência, os critérios estabelecidos nos artigos 59 e 63, da NLLC e na Súmula nº 258, do Tribunal de Contas da União.

**12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

12.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município da Estância Turística de Olímpia – SP, por meio da utilização de Emenda Especial n.º 88830/2025, da Secretaria de Governo e Relações Institucionais, do Governo do Estado de São Paulo.

12.2 – A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

**12.2.1 – Recurso Estadual, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):**

- 02.00.00 – Prefeitura Municipal;
- 02.13.00 – Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura;
- 02.13.03 – Divisão de Projetos e Obras;
- Classificação Funcional – 15.451.0034.1.002 – Obras e Instalações;
- Natureza da Despesa – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações;
- Fonte do Recurso – 02;
- Ficha Orçamentária – 416;
- Vinculo Detalhado – 02.803.7019.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE



CUIDANDO DO NOSSO FUTURO

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

**12.2.2 – Recurso Próprio, no valor de R\$ 118.179,28 (cento e dezoito mil, cento e setenta e nove reais e vinte e oito centavos):**

- 02.00.00 – Prefeitura Municipal;
- 02.13.00 – Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura;
- 02.13.03 – Divisão de Projetos e Obras;
- Classificação Funcional – 15.451.0034.1.002 – Obras e Instalações;
- Natureza da Despesa – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações;
- Fonte do Recurso – 01;
- Ficha Orçamentária – 416;
- Vinculo Detalhado – 01.110.0000.

Estância Turística de Olímpia, na data da assinatura digital.

**LEANDRO PIERIN GALLINA**

Secretário Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura  
Ordenador da despesa

**IVAN PASCHOALETTO KOJIMA**

Responsável pela gestão do Contrato

**FABIANO MARTINS DOS SANTOS**

Responsável pela fiscalização administrativa do Contrato

**ANDRÉ FRANCIS DELVINO**

Responsável pela fiscalização técnica do Contrato

**LUÍS CARLOS BENITES BIAGI**

Responsável pela fiscalização técnica do Contrato

**TILIANO MARTIN DE SIQUEIRA**

Responsável pela fiscalização técnica do Contrato

**CAIQUE ALEXANDRE DE OLIVEIRA BORBA**

Responsável pela elaboração do instrumento

